



GT 28. Das coleções aos sujeitos, dos sujeitos às coleções: nova luz sobre os acervos etnográficos musealizados

Coordenador(es):

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi)

Sessão 1

Debatedor/a: Marília Xavier Cury (MAE-USP)

Sessão 2

Debatedor/a: Lia Fernandes Peixinho (UNIRIO)

Desde o final da década de 1990 os processos museológicos relacionados às coleções etnográficas vem sendo alvo de críticas, reflexões e significativas mudanças. Nesse sentido, a antropologia e a museologia reviram seus pressupostos epistemológicos o que provocou entre outros a constituição de uma nova ética na relação com os chamados “informantes” ou “povos representados” nas coleções. Paralelamente, em diferentes localidades os povos tradicionais, os povos indígenas e outros povos tem se organizado para pressionar governos, pesquisadores e a sociedade em geral na garantia de seus direitos, o que por sua vez em muitos casos desaguou na formulação de políticas próprias que lhes asseguram tais direitos. Direito ao território, às memórias, às tradições, à língua, à educação diferenciada e ao patrimônio são apenas alguns destes direitos. Implicadas com tais mudanças, diversas instituições e iniciativas lançam uma nova luz sobre as coleções etnográficas, iluminando práticas que são construídas por um fazer colaborativo com povos indígenas, populações tradicionais e outros grupos sociais na busca de novos sentidos para além das próprias coleções. Assim, este GT pretende acolher relatos de experiências e reflexões, conduzidas em espaços museais ou fora deles por diferentes atores, que versam sobre o duplo caminho que articula coleções e sujeitos, sujeitos e coleções.

Os percursos da antropologia e da arqueologia no Sertão imaginado: a atuação de Acary Passos de Oliveira no Museu Antropológico da Universidade de Goiás.

Autoria: Adelino Adilson de Carvalho (UFG - Universidade Federal de Goiás), Camila A. de Moraes Wichers Rosani Leitão

Essa comunicação se debruça sobre as práticas da antropologia e da arqueologia no Brasil Central, compreendido aqui como parte de um Sertão, uma realidade imaginada, colocada como contraponto do litoral no processo de produção do estado brasileiro (SENA, 2010). O processo de colonização desse território esteve imbricado com o ?colecionamento? de povos indígenas (CLIFFORD, 1994), envolvendo a coleta de objetos, mediante as mais diversas estratégias, a captação de imagens e a produção de discursos ?científicos? a respeito desses povos. Como recorte analítico foram selecionadas as práticas de colecionamento conduzidas por Acary de Passos Oliveira, primeiro diretor do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), principal articulador da criação desse órgão, em 1969. O primeiro acervo da instituição é decorrente da viagem realizada ao Parque Indígena do Xingu, feita por Acary e outros professores da UFG. Contudo, a compreensão desses percursos demanda um olhar para as décadas precedentes. Observam-se correlações entre as pesquisas e a denominada ?Marcha para o Oeste?, modelo de ocupação de terras adotado para incentivar o ?progresso? e a ocupação do Centro-Oeste, iniciado na década de 1940. Dentro da Marcha para o Oeste, a expedição Roncador-Xingu, envolvia o reconhecimento



oficial das áreas ocupadas pelos povos indígenas, tendo como objetivo mapear a região e "abrir caminhos" que a ligassem ao restante do país. Nesse quadro, marcado pela colonialidade do poder, os saberes científicos da antropologia e da arqueologia deveriam embasar a construção do Museu Antropológico, uma instituição destinada a salvaguardar o patrimônio de povos indígenas prestes a desaparecer. Dessa forma, o presente estudo pretende compreender esse contexto, verticalizando, nesse momento, a análise da coleção de objetos coletados na Lagoa Mirarré, no Parque Indígena do Xingu. Em 1970, Acary tomou conhecimento, por meio de dois fragmentos cerâmicos que estavam com Takumã "chefe político e religioso dos Kamaiurá", da existência de objetos no fundo da referida lagoa. A partir de então, o sertanista e diretor do museu, a despeito do significado simbólico dos objetos para os Kamaiurá, empregou diferentes métodos para obter objetos, o que conseguiu em 1976. Essa coleção, com cerca de 80 objetos, reúne um conjunto de fragmentos, apliques e estatuetas com motivos zoomorfos e antropomorfos. O processo de estudo da coleção tem envolvido diferentes abordagens, destacando-se a etnografia de arquivo "voltada a documentação produzida por Acary e as reportagens publicadas sobre a coleção, à época, a análise arqueológica dos objetos e o estabelecimento de diálogos com pesquisadores Kamaiurá buscando a construção de uma curadoria compartilhada da coleção.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: